

“Temporariamente inacessível”: José Vieira Couto de Magalhães, Percy Harrison Fawcett e as racionalizações do Eldorado (1868–1925)

“Temporarily inaccessible”: José Vieira Couto de Magalhães, Percy Harrison Fawcett and the Rationalizations of Eldorado (1868-1925)

“Temporalmente inaccesible”: José Vieira Couto de Magalhães, Percy Harrison Fawcett y las racionalizaciones de Eldorado (1868–1925)

AUTORES

Dernival Venâncio Ramos

Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins, Brasil

dernivalramos@uft.edu.br

Marina Hainzenreder Ertzogue

Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins, Brasil

marina@mail.uft.edu.br

RECEPCIÓN

10 abril 2016

APROBACIÓN

17 junio 2016

DOI

10.3232/RHI.2016.V9.N2.04

Este artigo aborda o tema das racionalizações do mito do Eldorado na Amazônia brasileira na perspectiva de dois viajantes: o folclorista e escritor José Viera Couto Magalhães e o militar e explorador britânico Percy Harrison Fawcett. Esses personagens elaboram novos sentidos para os mitos, novas materializações para o imaginário sobre a região, participando do processo de racionalização do território mediante a construção de novas explicações, baseadas na ciência, para a mitologia amazônica.

Palavras-chave: **Eldorado; Amazonia; José Viera Couto de Magalhães; Fawcett.**

This article addresses the rationalization of the myth of Eldorado in the Brazilian Amazon from the perspectives of two travelers: the folklorist and writer José Viera Couto Magalhães and the British explorer and member of the military Percy Harrison Fawcett. These personalities gave new meanings and new meanings to the myths and to new materializations to the imaginaries about the region, participating in the process of rationalizing the territory through the construction of new explanations for Amazonian mythology based on science.

Key words: **Eldorado; Amazonian; José Vieira Couto de Magalhães; Fawcett.**

Este artículo aborda el tema de de la racionalización del mito de Eldorado en la Amazonía brasileña desde la perspectiva de dos viajeros: el folclorista y escritor José Viera Couto Magalhães y el militar y explorador británico Percy Harrison Fawcett. Estos personajes le dieron nuevos sentidos a los mitos, y nuevas materializaciones a los imaginarios sobre la región, participando del proceso de racionalización del territorio mediante la construcción de nuevas explicaciones para la mitología amazónica, basadas en la ciencia.

Palabras clave: **Eldorado; Amazonia; José Viera Couto de Magalhães; Fawcett.**

Introdução

Neste texto, abordamos o tema da racionalização do mito do Eldorado na Amazônia brasileira na perspectiva de dois viajantes: o folclorista e escritor José Vieira Couto de Magalhães e o arqueólogo britânico Percy Harrison Fawcett. Ambos eram homens de ciências, *vitorianos* -para situá-los no tempo. Couto de Magalhães e Fawcett acreditavam estar desvendando a “verdade” por trás dos mitos, encontrando caminhos que os levassem a conexões geopolíticas e à investigação de ruínas de civilizações perdidas com base em roteiros de viagens produzidos por bandeirantes e aventureiros do século XVI ao século XVIII, incluindo a passagem de jesuítas pela região amazônica. À luz de narrativas de viagens em busca do “eldorado”, podemos inferir que, aos olhos do historiador da cultura, Couto de Magalhães e Fawcett elaboraram novos sentidos para os mitos, deram novas materializações ao imaginário sobre a região amazônica -as quais eles consideram racionais-, participando do processo que Gondin¹ chama de “(re) invenção da Amazônia”. Estavam, na verdade, navegando na Amazônia tal qual descrita por Pizarro: “La Amazonía es una construcción discursiva. [...] No se ha llegado a ella sino a través de esta construcción”². Mesmo aqueles que se consideraram homens racionais, tais como Couto de Magalhães e Percy H. Fawcett, dialogaram com esses discursos e os materializaram em interpretações e práticas que consideram racionais, mas que ecoam o imaginário do Eldorado.

Do imaginário sobre a Amazônia à construção discursiva do território desde a época da expansão colonial ibérica na América, antigos manuscritos se ocupam da narrativa do Eldorado. Suas origens remontam às crônicas de Carjaval³, que teria ouvido de ribeirinhos do Amazonas histórias sobre uma cidade ao norte do rio Amazonas cujo soberano se “pintava de ouro”. Para Sergio Buarque de Holanda⁴ e Candice Slater⁵, essa narrativa catalisou uma série de motivos edênicos presentes no imaginário dos conquistadores europeus do século XVI e repercutiu através dos séculos e pela geografia da América. Nessa mesma perspectiva, a suposta existência de “cidades de ouro” misteriosas descritas em roteiros antigos e narradas em tradições orais à época dos viajantes foi objeto de cobiça de conquistadores desde a Califórnia (Estados Unidos) até a Patagônia (Argentina), como mostra Slater⁶. Se o mito inicial era de um cacique que se untava de ouro, logo ele se desdobra, se multiplica em outras narrativas; e muitos organizam expedições em sua busca. Vários cronistas descreveram “[...] a series of expeditions that took place at different times in widely separate locations [...] And yet, while descriptions of Eldorado varied in context, style, and purpose, the failure of each expedition to reach its destination encouraged authors, when it did not oblige them, to conflate, rework, and augment one another’s accounts. [...] The result was a composite sketch of a wondrously alien collection of natural riches that remained -at the least in theory- temporarily inaccessible”⁷.

Uma das recriações mais impactantes do mito do Eldorado foi o ouro dos Martírios ou dos Araés. Alguns relatos que foram materializando essa versão estão em diários de bandeirantes em Goiás na época da colônia portuguesa, quando se delineavam as fronteiras do território brasileiro. No diário de Bartolomeu Bueno de Campos de Leme e Gusmão, lê-se que “No teto, então, estão pintados os Martírios, de carmim, cor da mesma pedra, aonde se não pode chegar, por formar um torrão muito a prumo. O rio banha o paredão, onde estão esculpido os Martírios”⁸. De frente ao rio, “[...] existe uma bola, como de jogar, maciça, de ouro, aonde alcançou uma da

comitiva de meu bisavô, dentro do rio”⁹. Em correspondência de 15 de novembro de 1780, disse Inácio Xavier: “Quando os meus parentes iam dar no gentio Araés, então nós éramos rapazes, e nos contavam que havia muito ouro e que os enfeites com que se preparavam e adornavam as crianças eram folhetazinhas de ouro furadas”¹⁰.

O bandeirante paulista Antônio Pires de Campos Bartolomeu Bueno da Silva -o Anhanguera- percorreu os sertões em busca do ouro dos Martírios, onde se acreditava que o metal precioso brotava das areias e se recolhia com as mãos. “As descrições da região dos Araés onde eram de ouro as montanhas, de prata o fundo dos lagos encantados e nas rochas viam-se gravados os martírios de Nosso Senhor Jesus Cristo, inflamavam a imaginação daqueles intrépidos exploradores, possuídos todos da febre das riquezas e os impeliam em numerosas e desordenadas chusmas a buscarem as sonhadas maravilhas”¹¹.

Oficialmente, reforça o imaginário da existência de grande quantidade de ouro naquele território uma carta do rei de Portugal dom João V concedendo licença aos bandeirantes paulistas herdeiros do “Anhanguera” -seu filho- e aos bandeirantes João Leite da Silva Ortiz e Domingos Rodrigues do Prado, em 14 de fevereiro de 1721, para organizar a bandeira pelo Brasil Central: “Minas de ouro e prata, e pedras preciosas, cujo descobrimento se não havia intentado pela distância em que ficavam as terras, as asperezas dos caminhos e povoações de índios bárbaros que nelas se achavam aldeados; os quais primeiro se haviam de conquistar para se descobrirem os haveres; porque deste descobrimento poderia resultar grandes interesses à coroa”¹².

A carta demonstra que a Coroa de Portugal tinha conhecimento da narrativa que se espalhava pela capitania de São Paulo sobre os feitos do velho Anhanguera e da existência de um lugar às margens do Araguaia onde folhetos de ouro serviam de adorno, enfeitando o colo das índias -numa clara reverberação da descrição do cacique Dorado. Atribui-se ao bandeirante Antônio Pires de Campos a descoberta das minas dos Martírios ou Araés, em Goiás, na segunda metade do século XVII.

José de Souza de Azevedo Pizarro e Araújo, contudo, afirma que o primeiro sertanista com notícias do ouro dos índios araés foi o paulista Manoel Correia. A bandeira foi organizada para cativar índios, por isso ele entrou no sertão até o rio Araés, de onde retirou pequena quantidade de ouro com um prato de estanho. Indagado sobre o ouro descoberto, informou que ficava na passagem por um rio assaz notável, mas não sabia precisar os limites¹³.

A localização do “tesouro dos Martírios” ou a suposição da sua existência foi objeto de disputas entre as províncias de Goiás e Mato Grosso. Em *Memória á respeito do descobrimento dos Martírios*, texto de José Manoel de Siqueira escrito em Cuiabá, por volta de 1880, e reproduzido no *Boletim da Sociedade da Geografia do Rio de Janeiro* (1886) e no diário *Viagem ao Araguaia*, de Couto de Magalhães (segunda edição, 1889)¹⁴, a localização dos Martírios ficava a noroeste de Cuiabá.

Duas bandeiras rumaram de São Paulo para o interior do Brasil Central. A bandeira chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva (1672), também conhecido como Diabo Velho¹⁵, levava

seu filho de 12 anos de idade. A outra bandeira, comandada por Manoel de Campos, também incluiu seu filho, Antônio Pires de Campos, então com 14 anos de idade. No extremo norte de Goiás, os bandeirantes descobrem inscrições esculpidas nas rochas, na serra, às margens de um rio; eram figuras semelhantes à coroa de espinhos, com lanças, cravos, escadas e instrumentos dos martírios de Cristo. Daí que o local recebeu o nome de Martírios. Junto aos Martírios, passava um grande rio onde existia ouro em abundância, tal qual na região que se estendia adiante, como contam os relatos.

A bandeira chefiada por Bartolomeu Bueno filho percorreu o norte de Goiás (1722). Seguindo o roteiro do pai, ele viajou por vários meses sem encontrar as figuras na rocha. Achou, todavia, ouro na foz do rio Vermelho e recebeu sesmarias da Coroa de Portugal em Goiás.

Uma nova bandeira em busca dos Martírios surgiu após quatro anos da criação da Capitania de Goiás, que foi separada de São Paulo. Um ano após o governador de Goiás assumir seu cargo (1745), outra bandeira percorre o sertão a fim de descobrir os Martírios seguindo os roteiros e as instruções deixadas por Bartolomeu Bueno da Silva Filho. Essa bandeira era comandada por Amaro Leite Moreira e João da Veiga Bueno. A empresa se dividiu em duas; aquela chefiada por Moreira desceu o Araguaia até a foz do rio, que desembocava no rio das Mortes, subindo até o local. Ali ele achou ouro e denominou o lugar de Arraial dos Araés. Chefiando a outra bandeira, Veiga desceu o Araguaia até sua desembocadura no Tocantins e infletiu à esquerda, ao rio Xingu, à procura dos mesmos índios araés. Mas foi malsucedido na empreitada. Desde então, a lenda do ouro dos Martírios passou a aguçar a cobiça de viajantes e aventureiros. A busca pelo tesouro dos jesuítas ocorreu simultaneamente nos sertões de Goiás e Mato Grosso¹⁶.

Dos três roteiros produzidos na época por Antônio Pires de Campo, um deles apontava o rio Araguaia como ponto de referência para localizar os Martírios, enquanto outro citava o rio Paraupava, cuja localização era desconhecida até então. A busca dividiu-se em duas frentes: no Mato Grosso, seguiam o curso do rio Paranatinga; em Goiás, procuravam os Martírios no curso do Araguaia. Em 1824, na primeira edição da *Corografia histórica da província de Goiás*, Cunha Matos destaca certo trecho do rio Araguaia onde o rio “aperta”, mais até ao sítio dos Martírios, assim chamado porque “em algumas lajes” que se encontram nesse lugar havia “[...] mui toscamente vários instrumentos da paixão de Cristo e junto a eles também estão várias figuras de cobras, jacarés e cabeças: são obras toscas”¹⁷.

Uma fonte da época dos bandeirantes imprescindível para estudar o mistério dos Martírios são cinco roteiros manuscritos que Manoel Ferreira catalogou em “Os Martírios e os documentos históricos”¹⁸. Em parte, eram memórias passadas de pai para filhos ou compilações de sertanistas com base nos relatos de antepassados participantes de bandeiras e apresentados em formas de notícias. É desconhecida a autoria original do primeiro roteiro. Logo após o falecimento de seu pai -o Anhanguera (1740)-, o coronel Bartolomeu Bueno da Silva entregou a Rodrigues de Mascarenhas o “Roteiro para os Martírios, indo em canoa pelo ribeirão de Goiás”, considerado muito antigo; descreve-se o caminho para chegar à paragem dos Martírios. Manoel Ferreira observa que, embora seja abundante a descrição de acidentes geográficos, o roteiro

não cita nomes; nem mesmo o rio Araguaia é referido. “O roteiro fora escrito quando o Rio Araguaia ainda não tinha esse nome”¹⁹.

O segundo roteiro proveio do capitão-mor Luís Rodrigues Vilares. De acordo com o memorialista Antônio Pires de Campos, teria sido legado ao capitão a cópia de um roteiro que levaria aos Martírios. O terceiro roteiro é de origem do capitão Antônio do Prado Siqueira (1769); foi transcrito em suas “Notícias” conforme lhe informara Pires de Campos: “Notícias que me participou muitas vezes Antônio Pires de Campos (o velho) da paragem chamada -Martírios- cujo nome indaguei, querendo saber a sua etimologia”²⁰. Obteve como resposta que “[...] das serras de cristais, que do meio delas se emparedam até o alto, tinha por obra da natureza umas semelhanças de coroas, lanças e cravos da paixão de Jesus Cristo, mas tudo tosco; daí o apelido de serra de Martírios”²¹. O roteiro proveniente de Prado Siqueira relata que o filho de Antônio Campos Bicudo -Antônio Pires de Campos- tinha 14 anos de idade quando participou da bandeira com o pai.

O quarto roteiro dos Martírios veio de João Leme de Prado (1774), sertanista destacado pelo capitão-general Luiz de Albuquerque Pereira de Cárceres, da Capitania do Mato Grosso, para “escrever tudo que saber” sobre os Martírios. “Segundo o roteiro de João Leme, obtido de Pires e Bueno, devia-se partir de Cuiabá, entre o norte e o poente até chegar ao rio Paraupava, onde estavam os Martírios e havia ouro”²².

Por fim, o mais conhecido dos roteiros pertence ao padre Siqueira: é a “Memória sobre os Martírios do Padre Siqueira”²³. Filho do capitão Antônio de Prado Siqueira, ele passa a relatar o que sabe “[...] por ter ouvido a meu pai, [...] que sempre mereceu o nome verdadeiro”. Escrita no começo do século XIX, foi entregue ao governador do Mato Grosso.

Durante o período imperial, o governador de Goiás, Couto de Magalhães, em *Viagem ao Araguaia* (1863), transcreve cartas e roteiros²⁴ contendo notícias dos Martírios e dos Araés: “E por cima da barra do Araguaia achamos muita gentildade, e o rio com má navegação, por ter muitas cachoeiras; e onde estão os Martírios fica subindo o rio acima, da parte esquerda, com aparência de galo, cruz, cravo, lança e mais coisas”²⁵. No percurso de Leopoldina (MG) ao porto de Piedade, registrou no diário de viagem que, “À proporção que vamos descendo, os horizontes desertos vão desaparecendo à direita e à esquerda, sem oferecer grandes novidades, mas sob os quais a imaginação se compraz em criar mil coisas. À nossa esquerda, estão os famosos campos dos Araés, onde diziam os antigos que as águas corriam sobre areias de ouro”²⁶.

Roteiros para o ouro dos Martírios

As fronteiras da penetração portuguesa na região foram apropriadas em discursos de legitimação do território e do poder do Estado imperial sobre eles. A interpretação dos roteiros era acompanhada, em geral, por acréscimos e memórias, que facultavam ao copista interpretar

itinerários. A “fronteira imaginária”, também, era legitimada por sócios do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), em “anais” e “memórias” que situavam o espaço geográfico dos Martírios em suas respectivas províncias. Isso fica aclarado na interpretação dos roteiros e dos itinerários produzidos, de modo contínuo, por mais de um século.

Cunha Matos foi presidente da província de Goiás e sócio fundador do IHGB. Na *Revista do IHGB*, publicou “Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás” (1836), que legitima a localização geográfica dos Martírios nas margens do rio Araguaia ao se referir à “saga de Anhanguera”. Em “Itinerário...”, ele reconheceu como legítimos apenas os Martírios do Araguaia. “Os imaginários das terras dos Araés, ou das margens do Xingu, podem ajuntar-se à cidade de Eldorado de Parimá”²⁷.

Na tradição dos primeiros sertanistas, os enigmáticos símbolos gravados na rocha -e que se associaram à serra das Andorinhas (PA)- marcavam o local onde estava escondido o ouro dos jesuítas que vieram pelo rio da Prata. Na época, todavia, desconhecia-se a rota deles. Os símbolos se transformaram em lenda, associada à presença dos jesuítas, antes da entrada dos bandeirantes na região. O roteiro do bandeirante Antônio Pires de Campos, redigido em Cuiabá -e que diz revelar a localização dos Martírios-, teve vários copistas. Transcrito pelo cônego Luiz Antônio da Silva Sousa, em 1812²⁸, e publicado na *Memória sobre o descobrimento, governo, população, e coisas mais notáveis da Capitania de Goiás*, o roteiro era um dos mais antigos. Em sua *Corografia histórica da província de Goiás*, Cunha Matos publicou duas versões desse documento, informando ter obtido uma das cópias do vigário da igreja de Traíras, Manoel da Silva Alves, a qual considerava a mais completa²⁹. O *Roteiro que deu o capitão-mor Antônio Pires de Campos ao capitão-mor Luiz Rodrigues Villares, procurador do povo de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, para o descobrimento de grandes haveres para as aldeias dos gentios araés* relata o trajeto do sertanista pelo rio Araguaia, onde “vertem serras muito altas”. O roteiro traz a relação de rios e serras para localizar a tribo dos araés: “Olhando entre o poente e o norte se avistará uns morrinhos azuis, que distante d’aqui sete ou oito dias de sertanista, e nelas achará a tapera dos Araés”³⁰.

Quando menino, Antônio Pires de Campos participou de uma bandeira com seu pai e com Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera. No roteiro, ele relata ter visto índias ornadas com folhetos de ouro no pescoço e nos braços. O pai do sertanista recolheu ouro e confeccionou uma coroa para a imagem de nossa senhora do Rosário. Sobre a procedência daquele ouro, os araés apontaram “por aqueles morros, depois de chover”. Isso indicava que o lugar -a serra dos Martírios- só era visível na estação da seca; em certas épocas do ano, durante as cheias do rio, não se encontrava viajante. Campos Pires é enfático: “[...] e isto foi o que eu vi, e não são histórias contadas”³¹.

Na volta para Cuiabá, o sertanista indica os Martírios: “Subimos todos do rio para cima para vermos os Martírios, e por cima da barra do *Araguaes* achamos muita gentilidade e o rio com má navegação por ter muitas cachoeiras”, enquanto Antônio Pereira Campos afirma ter encontrado o local e visto as inscrições na rocha. “O dito Martírio fica subindo rio acima, da parte esquerda, com aparências de galo, cruz, coroa, lanças e mais coisa”. Termina o roteiro afirmando

que tudo o que relatou era verdade: “Jurarei aos livros dos Santos Evangélicos, se necessário for”³².

Na *Memória á respeito do descobrimento dos Martírios*, do padre José Manoel de Siqueira e escrita em Cuiabá, por volta de 1880, o itinerário vai de São Paulo ao rio Paraupava, através da serra da Canastra e do rio Paranã. No roteiro descrito por Siqueira se lê: “Confiado, pois, de que não serão desprezadas as circunstâncias da tradição dos ditos Martírios, eu passo á narrar o que sei, por ter ouvido do meu pai, o capitão Antônio do Prado Siqueira”³³. Antônio Pires de Campos, autor do primeiro roteiro, era amigo do pai de Siqueira, bandeirante na expedição do Anhanguera. Sertanista, Prado afirmou ter visto que na parte além-rio havia uma colina onde se viam “[...] algumas pedras soltas e elevadas; umas configurando colunas, outras, escadas e outras, coroas; do que se seguiu o dizerem que aquele monte continha os instrumentos dos Martírios de Cristo”³⁴. Ainda segundo seu relato, “Neste rio, pois, entra as pedras, é que se viram pedacinhos de ouro, redondos como os vermelhos tentos de jogar, dos qual Bartolomeu Bueno e Antônio Pires colheram alguns, mais bem figurados para brincar”³⁵. A “memória” do padre Siqueira -observou Ferreira- contém o “mapa” dos aventureiros; além disso, os símbolos do martírio de Cristo não eram figuras pintadas em pedras num barranco de rio, como em relatos anteriores; “As figuras eram as próprias pedras”³⁶.

Em *Anais da província de Goiás* (1864), José Martim Pereira de Alencastre afirma ter encontrado, num arquivo da secretaria dessa província -de que era presidente-, uma cópia do roteiro de Urbano Couto (1722). Conhecedor da localização dos Araés, Couto foi um dos acompanhantes da bandeira de Bartolomeu Bueno. Seu roteiro foi descrito em crônicas e diários de viagens, assim como o “encantado lugar dos Martírios”, que “[...] alguns supõem o lugar assim chamado no Araguaia [...]” e que outros supõem existir “nas solidões” do Xingu; “Tendo eu idade de 20 anos, assentei praça de soldado aventureiro”. Naquele tempo, “[...] andei explorando esta vastíssima campanha, vi ouro em muitas partes”. Sobre a localização dos araés, ele teria dito que “Neste lugar da tapera em que se acham os 14 pilões é o legitimo rio Araés, onde fazem barra os ribeirões que se veem da *Torre de Babel*”³⁷; ou seja, uma grande serra que tinha, na parte sul, uma escada feita por obra da natureza e por onde passavam 20 soldados. Eis o relato: “Neste mesmo rio disse o Anhanguera a seu irmão Simão Bueno que era onde seu cunhado Calhamaro tinha achado em uma parede de pedras altas os martírios de Cristo; e outros homens que estavam com ele, que todos ouviram”³⁸. Tendo demarcado o lugar com uma cruz, segundo ordem de Martinho Mendonça. “Em 1736, abri caminhos que mediam com a comarca de Cuiabá, e parece-me, sem ser profeta, que neste lugar haverá uma populosa cidade e muito rica, intitulada -*Martírios*”³⁹.

Por séculos, sertanistas tentaram localizar os Martírios. Arriscaram sua vida. Atravessaram rios cheios de pedras, cachoeiras e rebojos na divisa com o Pará ou nas proximidades do antigo presidio de Santa Maria, às margens do Araguaia. Quando o navegante ultrapassava as rochas, submersas nas águas, fatalmente destroçava os cascos das embarcações. Nesse ponto da viagem, cabia aos remadores conduzir a embarcação a varejões e sirgas, isto é, dentro do rio. “Empurravam” o barco com a força de “varas” e “sirgas” para desviar das pedras.

No século XIX, apareceu o registro do viajante e geógrafo Francis Castelnau, que em missão exploratória a serviço do governo imperial fez explorações em Goiás, cuja região percorreu. Ao passar pela “serra dos Martírios”, disse o seguinte: “Consta-se ainda que se encontram sobre as rochas desenhos de cabanas, jacarés, serpentes etc... [...] acreditamos que no lugar em questão existiam rochedos com inscrições semelhantes às encontradas no rio Orenoco, no *Essequibo* etc. Entretanto, nenhuma foi encontrada por nós”⁴⁰. Castelnau não viu as gravuras dos Martírios porque, quando por ali passou, em 10 de junho de 1844, o nível das águas do rio Araguaia estava alto e as rochas com as gravuras dos Martírios estavam submersas. O diário de viagem de Francis Castelnau revela as dificuldades dos viajantes de localizar os Martírios, o que levou à descrença em sua existência. A aparição da serra só ocorria na estação da estiagem.

Em 1875, Taunay identifica uma suposta referência às serras dos Martírios bem próxima da cachoeira Grande, pela qual se chegaria ao tesouro dos jesuítas. “Alcança-se o tão falado ponto dos Martírios, onde o transcorrer da correnteza em rochas estratificadas deixou curiosos lavores, em que os primeiros navegantes e a imaginação do povo viram os emblemas sagrados do sacrifício divino”⁴¹.

Havia “disputas” pelas fronteiras. Isso fica evidente na leitura dos roteiros pelo itinerário dos Martírios e pela rota dos jesuítas. Em roteiros que citam a bandeira do Anhanguera, há evidências de que os Martírios estavam nas margens do Araguaia, ao norte da província de Goiás. Segundo o padre Manoel Siqueira, em *Memória...* -escrita com base em relatos do pai, Antônio Prado Siqueira, cabe frisar-, o itinerário para chegar aos Martírios seguia até a província do Mato Grosso. De acordo com ele, seguia-se a trilha das bandeiras partindo-se de São Gonçalo Velho⁴², subia-se a serra da chapada dos Guimarães, passando-se ao lado do morro de São Jerônimo rumo ao norte, até ao rio Paranatinga, “[...] avança-se até chegar a um rio navegável, que é o atual Rio das Mortes, descendo o mesmo por alguns dias. Deixa-se este rio e, seguindo a pé, sempre no mesmo rumo, chega-se a outro rio -tão grande como o Cuiabá”. Nesse outro rio se acreditava estarem os Martírios.

Parra Ferreira, a memória produzida pelo padre Siqueira “[...] arranhou tudo de tal maneira, para dar a entender que os Martírios ficavam na Capitania do Mato Grosso [...]”, excluindo a possibilidade de os Martírios estarem em Goiás⁴³. Assim se configura a disputa de fronteiras: Goiás e Mato Grosso reivindicavam o lugar dos Martírios.

Registros da serra dos Martírios e da arte rupestre em Goiás foram feitos por Tomas de Souza Vila Real (1793), Cunha Matos (1824), Castelnau (1844) e Rufino Segurado (1847). Em 1888, pela primeira vez os desenhos foram copiados por Paul E. Ehrenreich (1888)⁴⁴. “São os legítimos, os verdadeiros Martírios dos sertanistas de São Paulo, conforme estão nos roteiros”⁴⁵. Segundo Ehrenreich, “Na extremidade norte da ilha, em parte na sua maior elevação (cerca de 15 metros acima do nível mais baixo da água) e em parte um pouco mais abaixo, ainda no domínio da linha alcançada pelas cheias, observa-se, nos blocos de pedra do chão, grande número de esculturas rupestres que se incluem entre as mais curiosas de todo o continente e que se tornaram o centro de todo um ciclo de lendas”⁴⁶.

Eis como foram sendo redescobertos os Martírios que despertaram as fantasias dos primeiros “[...] bandos paulistas de Pires de Campos e do mal afamado Anhanguera, que, em sua expedição ao *Ariés*, e suas ricas minas de ouro, visitaram a ilha em fins do século XVII”⁴⁷.

Couto Magalhães: racionalizando o território

Associados por muitos à fronteira e à grandeza do território, o mito do Eldorado e sua reverberação como ouro dos Martírios passaram por um primeiro processo de racionalização pelas viagens do século XIX. De um ponto de vista político, isso aconteceu em 25 de março de 1868, auge da Guerra da Tríplice Aliança. O então presidente da província de Mato Grosso general José Viera Couto de Magalhães comunicou ao conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que finalmente, após anos de estudos e em plena guerra contra os paraguaios -invasores do território matogrossense-, estava feita a primeira travessia ligando a bacia do rio da Prata ao Amazonas. Esse gesto não só racionaliza a narrativa do ouro dos Martírios -dando a ela um espaço às margens do rio Araguaia-, mas também instituiria o avanço da racionalidade sobre a ilusão; isto é, a notícia de que Couto de Magalhães fez a travessia seguindo “antigos roteiros” dos bandeirantes paulistas, transportando a embarcação a vapor Araguaia durante a Guerra do Paraguai, toda desmontada, desde o rio Cuiabá até o Araguaia, saindo da bacia do rio da Prata para o Amazonas. Dava-se um passo importante para ser franqueada ao comércio toda a extensão do Araguaia, adquirindo a província de Goiás um escoadouro para seus produtos; enquanto Mato Grosso, através do porto do rio Grande (MT), poderia receber produtos ultramarinos por meio de Belém, PA.

Couto de Magalhães enfatiza que não se limitou simplesmente a colocar um navio a vapor no rio Araguaia; tratava-se da descoberta de uma rota de viagem, isto é, um passo significativo para ligar a província do Mato Grosso ao último ponto a que pode chegar o navio a vapor nas fronteiras das águas brasileiras com as do rio da Prata. “Quanto à imprensa do país, que deveria animar sempre estas coisas, não teve para mim e meus esforços outras expressões além de utopia e loucura”⁴⁸. Para marcar o feito memorável da embarcação que ultrapassou fronteiras, Couto de Magalhães mandou lavrar num rochedo da cachoeira Grande, em língua tupi, a inscrição: “Sob os auspícios do Senhor D. Pedro II, passou um vapor da bacia do Prata para a do Amazonas, e veio chamar á civilização e ao comércio os esplêndidos sertões do Araguaia, com mais de 20 tribos selvagens, no ano de 1868”⁴⁹.

Presidente das províncias de Goiás, Pará e Mato Grosso, Couto de Magalhães, ao reeditar *Viagem do Araguaia* (1889), anexou ao texto “documentos dos Martírios” que estavam em seu poder quando governou Mato Grosso (1868), durante a Guerra do Paraguai -objeto de estudos do sertanista. Ele percorreu o rio em condições diversas: como sertanista, como estrategista militar e como empresário da navegação no Araguaia. Passados dois séculos das notícias sobre a passagem dos jesuítas por aquela região, Couto de Magalhães refez o mesmo itinerário. Em 25 de março de 1868, escreve ao conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas,

ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, para comunicar o sucesso da expedição. Pouca credibilidade teve na época quando se propôs a concretizar o sonho do marquês de Pombal. Escreve ao conselheiro Dantas: “Eu dei o primeiro e mais considerável passo para se unir a foz do Amazonas à do Rio da Prata pelo nosso interior. Essa glória ninguém pode me tirar”⁵⁰.

Todavia, para Couto de Magalhães, que por anos fez a travessia Tocantins–Araguaia, persistia um enigma: qual era o roteiro dos jesuítas para se comunicarem com os rios Araguaia e Tocantins? Em *O selvagem* (1876), obra encomendada por dom Pedro II para a Exposição Universal de 1875, Couto de Magalhães revela a sua descoberta, o itinerário dos jesuítas: “Eis como me nasceram conjecturas relativas a este roteiro. Na Província do Pará encontrei, entre diversos pilotos velhos do Tocantins, a tradição de que os padres jesuítas dali se comunicavam com os do Paraguai por um caminho fluvial”⁵¹. Era um itinerário interrompido por 15 léguas de travessia por terra. Essa tradição se encontrou em Baião (PA), da qual lhe falaram os barqueiros e que se repetia em outros locais da região. “A passagem dos jesuítas no Tocantins e Araguaia é sabida por diversos documentos antigos, entre outros, pelas cartas do Padre Antônio Vieira, e por nomes de lugares que provavelmente seriam postos por eles”⁵². Dentre outros, o canal *Vitam eternam*, isto é, “caminho para o outro mundo”, popularmente chamado “canal do inferno”, onde Couto de Magalhães naufragou, em 1866.

Em viagens pelo divisor das águas, Couto de Magalhães confessou não compreender quais seriam os rios que os jesuítas tinham seguido, subindo o Tocantins e o Araguaia, para passar apenas 15 léguas de travessia de terra. Em dia 5 de junho de 1871, quando vinha de viagem pelo divisor das águas do Araguaia para Cuiabá, ele descobriu a travessia: “No meio de campos cerrados que existem entre o Ribeirão da Ponte Grande e o Córrego dos Dois Irmãos, nossos cães de caça levantaram uma onça, em cujo encalço seguimos, e que só pudemos matar depois de considerável marcha e já muito tarde; além de grande fadiga, porque fizemos a pé a travessia de uma mata, éramos torturados pela necessidade de água, o que nos obrigou a seguir pelo leito de um córrego seco. Assim, chegamos inesperadamente à margem de um grandioso rio, quando esperávamos apenas encontrar um regato. Dois dias depois, encontrei-me com um sertanejo audaz, que tem explorado parte destes sertões, o Capitão Antônio Gomes Pinheiro, em cuja companhia fiz diversas explorações até à latitude e à longitude da montanha denominada Paredão, que corresponde, na Bacia do Prata, à altura do Leito do Itiquira. Rasgou-se então a venda dos olhos e compreendi tão claramente o roteiro dos jesuítas, como se houvera sido companheiro de viagem desses audazes exploradores”⁵³.

Como descreve Couto de Magalhães, o roteiro dos jesuítas do Paraguai para se comunicarem com os do Pará era o seguinte: subiam o Paraguai acima até a foz do São Lourenço, da qual subiam até a foz do Itiquira, daí até a serra; com marcha de 15 léguas, ganhavam as águas do Amazonas “[...] por intermédio do rio de que há pouco falei, ao qual, seguindo a tradição antiga, conservo o nome do Rio das Garças; por ele abaixo até ao Araguaia, e por este, o Tocantins ao Pará”⁵⁴. “Estimo as distâncias a percorrer por este roteiro dos jesuítas entre Montevidéu e Pará em mil e duzentas e vinte e cinco léguas, a saber; seiscentas e quarenta até à foz do Cuiabá no São Lourenço; sessenta pelo São Lourenço, Pequiri, Itiquira até à serra

ou o divisor; quinze de viagem por terra, dobrando o divisor entre o Itiquira e o Rio das Garças; cinquenta ao Araguaia, e quatrocentas e sessenta ao Pará, pelo Araguaia e Tocantins”⁵⁵.

Em busca dos Martírios, aventureiros e sertanistas, seguindo antigos roteiros dos bandeirantes paulistas, percorreram os sertões ínvios de Mato Grosso e Goiás, capitânicas desmembradas de São Paulo, depois da descoberta do ouro na região. Sertões, roteiros e imaginário motivaram as buscas que levariam ao Eldorado: “As serras de ouro e o rio com fundo de prata” -diria Taunay⁵⁶. O imaginário foi aguçado pelas figuras nas rochas com instrumentos do martírio de Cristo.

A busca pelo ouro por sertanistas e aventureiros deu origem, em roteiros dos bandeirantes, à “rota dos Martírios”. Ao longo do século XIX, sua existência foi questionada; mas as descobertas do antropólogo alemão Paul Ehrenreich (1888) permitem concluir por que, em dadas épocas do ano -coincidentemente, na passagem de alguns viajantes-, a serra não era encontrada. Era porque a ilha estava submersa; isto nas estações chuvosas.

Imbuído do espírito dos sertanistas e conhecedor dos antigos roteiros, Couto de Magalhães deu outros sentidos para a lenda dos Martírios: buscou o caminho das águas, a comunicação fluvial entre os rios da Prata e Amazonas, com interesses comerciais para instituir a navegação a vapor e dilatar fronteiras. Assim, a racionalização do mito ganhou ares de realidade. Isso porque, atualmente, depois do que Ehrenreich estabeleceu, pensa-se que a localização das gravuras rupestres dos Martírios seja conhecida e esteja bem definida. Estaria na serra das Andorinhas (parque estadual serra dos Martírios/Andorinhas) na divisa de Tocantins com Pará. Patrimônio da arte rupestre, o sítio ganhou a atenção dos arqueólogos em 1996, quando esteve ameaçado pela construção de uma usina hidrelétrica na bacia do rio Araguaia.

Contudo, quem as fez ainda é um mistério. As referências são esparsas. Diz-se que se trata de gravuras pré-coloniais. A questão é que -como mostra Heckenberger⁵⁷- quase toda a Amazônia está repleta de sítios arqueológicos cheios de figuras rupestres, logo qualquer sítio poderia ser aquele descrito por obra de jesuítas, roteiro ou mapa de tesouros escondidos. Portanto, essa localização é mais uma racionalização do mito e atende a interesses situados historicamente: desencantar o território e estabelecer com ele um tipo de conhecimento racional -apropriar-se dele-, o que se tornou algo urgente após a invasão paraguaia de 1870. Esse processo liga-se à produção de uma cartografia do território pelo Estado Nacional em que os mitos deviam ser explicados à luz de descobertas e descrições “científicas”⁵⁸.

A cidade de pedra: a racionalização arqueológica e as expedições de Fawcett

A cartografia do território que homens como Couto Magalhães ajudaram a construir explica, em grande parte, a forma hostil com que as ideias do coronel Percy H. Fawcett foi

recebida por militares e jornais brasileiros. Ele anunciou a intenção de explorar a mesma região onde se imaginou, durante séculos, existir o ouro dos Martírios. A Guerra do Paraguai e o negócio da borracha redobram o cuidado com a região amazônica, cada vez mais visada por viajantes estrangeiros⁵⁹, cuja presença era preocupante, a julgar pelo que a imprensa dizia. O *Diário Nacional* de 1º de abril de 1930 anunciou a partida de Elisabeth Steem, “ethnóloga”, para os rios Xingu e Araguaia. Desde o título -“Os que ‘descobrem’ o Brasil”-, o texto ironiza as explorações estrangeiras, em especial as norte-americanas e inglesas em Mato Grosso e Goiás. O redator critica os exploradores que viam certos rios e certas regiões conhecidos pelos brasileiros como, respectivamente, jamais navegados ou jamais pisados por pés humanos. Com efeito, conta-se no texto o caso de um geógrafo que, ao chegar ao rio Purus, após ter se perdido na mata, deu ao rio o seu nome, tomando-o por desconhecido. O editor deseja “[...] que não aconteça o mesmo com a loura *ethnologista* que São Paulo hospeda”⁶⁰.

Foi publicado nesse mesmo jornal anos antes um artigo que se dedicou a desmentir “teorias” sobre a presença de navegadores fenícios em território brasileiro, notadamente na parte amazônica. Havia circulado nos jornais ao longo da década de 1920 e tiveram algum crédito no século XIX. Disse o arqueólogo Sylvio Froes de Abreu, no jornal *O País* de 1º/1/1928, que “[...] todos os vestígios da presença de navegadores Fenícios em nosso país, por enquanto não passam de fantasias criadas por gente sequiosa de glórias. Do mesmo modo são as cidades encantadas, ainda há pouco tempo tratadas pelo Coronel Fawcett, em vários artigos para um conceituado *Jornal Carioca*”⁶¹.

Os dois artigos mostram como as elites intelectuais urbanas do Sudeste e do Sul percebem o território nacional: este era -pensavam elas- conhecido e desencantado. Como afirma Couto Magalhães, “os antigos” é que acreditavam nessas “encantarias”. A racionalização do território que Couto Magalhães ajudou a iniciar era o que homens como o então coronel Cândido Rondon continuavam a fazer, daí a aversão deste aos planos do militar inglês; ele se referiu a Percy H. Fawcett nos seguintes termos: “[...] em 1920, conversei várias vezes com o Coronel Percy Harrison Fawcett, que veio ao Brasil, na ânsia de descobrir um tesouro encantado”⁶².

A Amazônia era percebida pelas elites sulistas como um território distante, “um inferno verde” -para citar outra obra da década de 1920⁶³; mas estava sendo incorporada ao território nacional com algum grau de controle do Estado desde a década de 1850. Esses esforços se fortaleceram ao fim da Guerra do Paraguai e com o crescimento do negócio da borracha, na década de 1870. A definição das fronteiras com os países amazônicos no fim do século anterior e o caso conturbado do Acre fizeram parte de um esforço de marcar a presença brasileira na região⁶⁴. Dentre as comissões e missões oficiais de exploração, estava a comissão de Rondon, a mais impactante delas, pois exemplifica a continuidade dos esforços estatais. O tipo de racionalização cartográfica que homens como Couto Magalhães promoveram era parte fundamental desse esforço em conhecer e controlar o território. Legítimo representante dos interesses nacionais sobre a Amazônia, Rondon foi um dos que se opuseram ao viajante inglês.

Em 1909, Fawcett e Rondon haviam trabalhado na demarcação das fronteiras entre Brasil e Bolívia. Mas o inglês abortou a missão e deixou soldados brasileiros, comandados de Rondon,

sem suprimentos no meio da mata. Eles se encontrariam pessoalmente em 1920, quando o presidente Epitácio Pessoa, aceitando a solicitação de audiência de um, convidou ao outro como especialista brasileiro. A nota que dá conta do encontro foi publicada no jornal *O País* de 16 de maio de 1920. Dizia que foram recebidos no palácio do Catete. Segundo o texto oficial, foi Rondon quem apresentou Fawcett ao presidente. Dado como membro da missão diplomática inglesa, ele se propunha “[...] a fazer estudos geológicos, geográficos, mineralógicos e arqueológicos, no nordeste do Estado do Mato Grosso, sem ônus para o governo [...]” com intuito de obter “[...] conhecimentos exatos e seguros de regiões ainda completamente desconhecidos”⁶⁵.

No entanto, algum tempo depois, Rondon afirmou que não apresentou o inglês a Epitácio Pessoa nem solicitou audiência, como dizia a nota oficial⁶⁶. O presidente o teria convocado à reunião como conhecedor da região à qual Fawcett queria ter acesso, e Rondon teria dado sua opinião: “Apresentei, então, a ideia de formação de uma comissão brasileira, à qual Fawcett seria agregado. Oficiais do nosso Exército dela participariam e Fawcett, [...] assistido por nós, faria os seus estudos”⁶⁷. Além disso, a audiência teria sido solicitada pelo embaixador inglês Ralph Paget, e Epitácio Pessoa já seria conhecido de Fawcett, que o visitara em Londres no ano anterior, quando soube que o recém-eleito presidente do Brasil ali estava.

Convém frisar, Fawcett se negou a ter a companhia dos militares brasileiros. “Quero ir sozinho! Uma viagem com muita gente tem seus inconvenientes” -teria retrucado o explorador inglês⁶⁸. Ele objetivava encontrar os restos de uma cidade construída por grupos colonizadores brancos da antiguidade; supostamente, “[...] os índios brasileiros eram remanescentes de uma raça superior, oriunda de uma civilização desaparecida há milhares de anos” -como disse Leal⁶⁹. Também acreditava ser possível encontrar descendentes mais “diretos” dessa sociedade na forma de “índios brancos”. Ele, seu filho, Jack Fawcett e o amigo Raleigh Rimell foram, por assim dizer, vítimas mortais dessas ideias. Para Rondon, ele disse a Morel anos mais tarde, isso não passava de “cidades encantadas”⁷⁰ que poderiam esconder reais objetivos, ainda desconhecidos.

A resistência de Rondon foi desconsiderada pelo presidente, que deu autorização para a expedição, além de patrociná-la com uma quantia em dinheiro -segundo Morel, foram 6 contos de réis⁷¹; Leal afirma que foram 60 contos⁷². No ano seguinte, quando a expedição fracassou, Rondon enviou aos jornais um telegrama com uma descrição dura de seu encontro com Fawcett em Cuiabá: “A expedição Fawcett foi desbaratada em pleno chapadão pelas chuvas de novembro [...] Lamento não ter o Governo organizado a Expedição Brasileira que deveria acompanhar o inglês”⁷³. Rondon já havia preparado expedições semelhantes, acompanhando estrangeiros pela Amazônia. O caso mais notável foi a expedição Roosevelt–Rondon, de 1913-4.

O coronel Fawcett contestou Rondon nos jornais. Mas estes tomaram o partido do brasileiro, começando por chamar o inglês de “pseudo-explorador”, como fez *A Noite* em 20 de abril de 1921. Esse tom mudou, porém, em 1925, quando Fawcett retornou ao país sob patrocínio de instituições e empresários dos Estados Unidos, da agência de notícia North American Newspaper Alliance (que comprou os direitos de reportagens que Fawcett enviaria sobre sua expedição), da Sociedade Geográfica Americana, do Museu do Índio Americano e de Nelson Rockefeller, Jr. O malogro da segunda expedição e o desaparecimento dos expedicionários fizeram a hostilidade

retomar a dianteira; chegou-se a acusar uma das expedições que foram em seu resgate de ter “interesses comerciais”, como o fez *O País*, em 1928.

Com efeito, os jornais participaram de maneira ativa na construção do “evento Fawcett” -divulgando as ideias e os feitos do coronel ou o atacando; mas -como vimos- patrocinando-o. O telegrama que foi enviado por ele de Cuiabá poucos dias antes de iniciar a última expedição fora distribuído pela North American Newspaper Alliance ao redor do mundo e lido por 40 milhões de pessoas. Os leitores continuaram a acompanhar os desdobramentos do desaparecimento durante anos: algumas dezenas de exploradores foram em busca de seu paradeiro, jornais dos Estados Unidos enviaram G. M. Dyot, cujo livro *Man hunting in the jungle* (1930) foi resultado dos textos que enviou ao jornal *Los Angeles Times*. Peter Flaming, jornalista inglês, acabou por escrever a descrição da viagem de Fawcett para os jornais do Reino Unido, depois as publicou como livro sob o título de *Brazilian adventure* (1932)⁷⁴.

Positivas em certo sentido, essas reportagens impactaram pouco na visão que os jornais brasileiros tinham do explorador inglês. Exemplo disso é que, uma década depois, o jornalista Edmar Morel, ao publicar uma série de artigos sobre Fawcett, continuou a tratá-lo nos termos de Rondon. O fato novo nele estava em afirmar que havia se deparado com um neto do explorador em uma aldeia no Xingu. Ele levou o índio “branco” para Cuiabá e tentou fazer contato com a família Fawcett, que a essa altura vivia na Bolívia. Brian Fawcett e sua mãe, Nina, não aceitaram o jovem indígena como parente e desmentiram Morel. O livro *E o Fawcett não voltou*, editado pela gráfica o *Cruzeiro*, em 1944, e prefaciado por Candido Mariano Rondon, endossava a ideia de uma motivação econômica subjacente às duas viagens de Fawcett. Morel não acreditava nas motivações científicas do militar inglês; ele estaria em busca de ouro, diamantes, outros minerais, em vez de relíquias arqueológicas.

Em 1952, os jornais do grupo de Assis Chateaubriand publicaram a notícia de que os irmãos Villas-Boas teriam encontrado a ossada de Fawcett. Antonio Callado participou da expedição de resgate da referida ossada e escreveu o livro *O esqueleto na lagoa verde*⁷⁵. A notícia trouxe ao país Brian Fawcett -que participou da viagem ao Xingu- e coincidiu com os preparativos para lançar os escritos de Percy H. Fawcett, organizados por Brian. O inglês redigira um relato de suas viagens à Amazônia e o deixara com sua esposa, Nina, antes de partir em 1924. Em 1953, o livro *Expedition Fawcett* foi publicado em Londres. O mesmo texto foi publicado em 1954, com o título *Losts trails, losts cities*, em Nova Iorque (EUA). No Brasil, saiu com o título *Exploração Fawcett*, em 1953. A publicação da obra, que logo se tornou *best-seller* -menos no Brasil-, permitiu uma leitura menos enviesada de Fawcett; suas ideias foram reavaliadas, sobretudo entre os interessados na pré-história da região amazônica.

Em 1996, a expedição Autan fora organizada para resgatar os ossos de Fawcett. O jornalista Hermes Leal a acompanhou. A viagem o levou a escrever uma biografia do militar inglês, intitulada *Coronel Fawcett. A verdadeira história do Indiana Jones*, publicada em 2000. Assim como Rondon e Morel, Leal defende a hipótese de que Fawcett procurava diamantes. O último jornalista a tratar do caso foi David Grann, que escreveu *The lost city of Z*⁷⁶, a biografia mais recente de Fawcett e o texto que mais repercussão teve.

A versão de Rondon⁷⁷ para as expedições de Fawcett as associou ao ouro dos Martírios, narrativas que o militar conhecia bem; propomos que Fawcett se referia às narrativas do Eldorado como o sinal de uma civilização perdida na Amazônia; civilização que viajantes do século XVI como Orellana teriam descrito dando origem ao mito. A racionalização que Fawcett propunha do mito era arqueológica, e não territorial. Se for plausível dizer que, para Couto Magalhães, os roteiros dos Martírios revelavam os caminhos dos jesuítas pelo sertão, então também o seria afirmar que, para o inglês, eles revelavam a existência de uma civilização desconhecida na Amazônia brasileira, que ele pretendia encontrar.

Fawcett era membro da Real Sociedade de Geografia e, como tal, foi enviado à Bolívia, ao Peru e ao Brasil; por suas demarcações, foi homenageado e adquiriu respeito como explorador e cartógrafo. Participou, assim, do projeto europeu de explorar e mapear o interior do continente africano, asiático e sul-americano. Era, portanto, um homem do império, um de seus olhos⁷⁸. Serviu no Ceilão e no norte de Marrocos; e foi como adido militar da missão diplomática inglesa que o governo brasileiro o recebeu em 1920.

As associações de exploradores e sociedades geográficas -como se sabe- proliferaram no fim do século XIX em países como Inglaterra, França, Rússia, Espanha, Estados Unidos, Alemanha, México e Brasil. Entre 1788 e 1940, foram fundadas -segundo Capel- nada menos do que 145 sociedades geográficas⁷⁹; em 1878 tinham 21.226 associados. O modelo para todas essas associações era a Real Sociedade de Geografia de Londres, que desejava “[...] la publicación de descubrimientos, la formación de exploradores y la constitución de una biblioteca geográfica e cartográfica”⁸⁰.

Contudo, como mostra Ferreira⁸¹, esse diálogo não era de subserviência. Na esteira das sociedades geográficas, o IHGB e os vários museus fundados no fim do século XIX -a exemplo dos museus Paulista (em São Paulo), Paraense Emílio Goeldi (Belém) e Botânico Amazônico (em Manaus)- traduziram essas discussões para a realidade política nacional. “Sem dúvida, a ciência se mundializou, sobretudo a partir do século XIX, afirmando-se como positiva e universal. Mas a mundialização da ciência nunca esteve (e não está) infensa aos contágios dos contextos locais. [...] Apropriações historicamente situadas, que lidam com tradições científicas pré-existentes e geram respostas para os problemas sociais, econômicos e políticos locais”⁸².

Quando da chegada de Fawcett ao Brasil, essa ciência nacionalista estava marcada pelo positivismo, do qual Rondon era um defensor. Um dos objetivos dessa ciência era a produção de um “mapa” do passado nacional, pensado especialmente naquela parte mais visível dele: os artefatos arqueológicos e as pinturas rupestres que eram comuns em todo o país. Como afirma Heckenberger, Fawcett “[...] was inspired by the spectacular nineteenth-century archaeological discoveries in tropical America, such as those in Mesoamerica and, particularly, Hiram Bingham’s discovery of Machu Picchu in 1911. Only five years before, in 1906, Fawcett himself had scoured the countryside in the Andean foothills and lowland forests in search of the elusive Amazonian cities of ‘Indian stories’”⁸³.

Mais que descobertas, em seus textos ele descreve uma série de hipóteses relativas à “origem da civilização” na América. Quase eludida durante o período colonial, essa questão reemergiu logo após as independências nacionais, quando os países ansiavam por estabelecer um passado do qual se orgulharem e que não incluísse o período espanhol. Alexander von Humboldt forneceu às elites latino-americanas uma primeira hipótese: a “civilização” na América teria origem asiática. Em algum momento do passado, povos provenientes do Japão ou da China teriam colonizado a América Central e do Norte e, daí, espalhado a civilização para as demais partes do continente⁸⁴.

A obra *Ancient monuments of the Mississippi valley* (1848), de Ephraim G. Squier e Edwin H. Davis (1811–88), propôs outra interpretação para a presença da civilização na América: a migração viking⁸⁵. Se no início do século XIX não havia problema em atribuir à civilização aos asiáticos, à medida que o século corre a civilização vai sendo racializada e passa a ser exclusividade das “raças superiores” -os povos brancos. Como diria Elias, era “[...] o modo como os europeus olham para a sua própria cultura”⁸⁶. Essa reviravolta pode ser percebida à medida que os interesses coloniais europeus na África e Ásia ficam mais evidentes.

Os intelectuais brasileiros participaram desse debate atribuindo à civilização amazônica ora a grupos asiáticos -aceitando a tese de Humboldt-, ora a navegadores vikings. Como afirma Ferreira, “[...] a proposição fundamental da Arqueologia e Etnografia americana era a de Alexander von Humboldt, para quem a América fora um reduto de imigração asiática”⁸⁷. Intelectuais como Ladislau Neto, conforme Ferreira, afirmaram que seriam responsáveis, por exemplo, pela colonização da parte da Amazônia. Do mesmo modo, buscava-se, “[...] nos vestígios arqueológicos, na arte rupestre e, sobretudo, nas línguas e mitos indígenas, uma origem que remontasse aos povos da Antiguidade: gregos, fenícios, egípcios”⁸⁸.

Os artigos de Fawcett nos jornais brasileiros na década de 1920 reacenderam a discussão de tal modo no momento mesmo em que o país se interessava muito pelo seu passado⁸⁹ (com a comemoração dos cem anos da proclamação da independência e a Semana de Arte Moderna), que um desses cientistas foi aos jornais jogar uma pá de cal na credibilidade das especulações: “[...] por enquanto não passam de fantasias criadas por gente sequiosa de glórias”⁹⁰. Certamente reforçada pelas numerosas expedições financiadas pelo Estado brasileiro nas últimas décadas, essa posição mais pragmática era a das elites urbanas intelectualizadas.

Os escritos de Fawcett incomodavam ao articular uma visão do passado amazônico alheio à percepção das elites letradas sobre o índio amazônico: a possibilidade de encontrar remanescentes brancos dos grupos colonizadores da antiguidade. Deslocava para a selva quem não poderia de modo algum habitá-la: o homem branco eurodescendente. Como mostram seus escritos, Fawcett acreditava que as narrativas orais eram pistas importantes. Os manuais da real sociedade o ensinaram a dar ouvido a essas histórias, a transformá-las em pistas. Por exemplo, “[...] somente se pode deduzir a história da América do Sul anterior à chegada dos europeus pelo que resta de seus tempos pré-históricos e pelas suas transformações geológicas e -com certas reservas- pelas tradições dos povos indígenas”⁹¹. Acreditava ele saber quais reservas impor às tradições indígenas e outras narrativas orais, como a que se refere a “índios brancos” e às

idades luminosas no norte do Mato Grosso. Também foi um conhecedor profundo dos relatos dos jesuítas.

Outra pista conhecida é o manuscrito 512, que descreve a descoberta de uma cidade abandonada por um explorador português no século XVI e sobre a qual Fawcett discorre no primeiro capítulo do manuscrito publicado por seu filho, Brian. Segundo um de seus biógrafos, ele teria passado parte de seu tempo livre em 1920 lendo manuscritos e texto de cronistas coloniais na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro⁹²; esse manuscrito, também, pode ter chegado às mãos de Fawcett através de sua transcrição no livro sobre a viagem ao Rio de Janeiro de Richard Burton, um dos mais importantes nomes da Real Sociedade de Geografia e que Fawcett talvez conhecesse.

Em 1906, quando Fawcett chegou à Amazônia boliviana, o negócio da borracha na Amazônia começava a entrar em crise (em 1912, a região perderia o monopólio da produção para plantações inglesas e holandesas do oriente), enviado por uma das mais respeitadas instituições do mundo: a Real Sociedade de Geografia. Os resultados positivos de seu trabalho na demarcação da fronteira entre Bolívia e Brasil -região do Acre- redundaram em convites para mais duas expedições: a Bolívia–Peru e, de novo, a da fronteira Bolívia–Brasil. Ele descreveu o domínio do negócio pelas firmas europeias, bem como a presença de europeus e norte-americanos na região, entregues à escravidão de indígenas e a semiescravidão de outros grupos.

Como militar, explorador e súdito inglês, Fawcett teve sua visão de mundo formada -e sua trajetória de vida possibilitada- em um contexto em que a autoridade da ciência, o eurocentrismo e os impérios eram realidades “naturalizadas” -para usar o termo de Bourdieu⁹³. A legitimidade de cada um deles dependia de uma simbiose entre elas. Por exemplo, a ciência -suas teorias e sua prática- foi elevada à condição de detentora da verdade; era percebida como parte central da (auto)confiança que o homem ocidental tinha em sua sociedade, sua cultura e suas instituições. Contudo, o resultado de investigações científicas contribuiu para a construção de regiões como o Oriente, a África, a América Latina e suas populações como geografias que se baseiam em uma distinção “ontológica y epistemológica” em relação à Europa⁹⁴. Tais geografias seriam habitadas por povos bárbaros -às vezes eram considerados semi-humanos- e animais selvagens monstruosos; contraditoriamente, essas regiões, justamente por ser imaginadas, também eram vistas como lugares cheios de riquezas e possibilidades, onde os sujeitos europeus podiam provar sua superioridade.

Além da disputa discursiva e política pelo passado da Amazônia, havia uma luta política real por seus recursos -e as elites brasileiras já haviam sofrido um revés severo representado pela domesticação da seringueira e seu uso em plantações na Ásia, o que provocou o fim do negócio da borracha no país: haviam tomado o passado do país em suas mãos recentemente, logo não poderiam aceitar, no contexto higienista da década de 1920, que os indígenas da Amazônia fossem os descendentes de uma grande civilização do passado -ainda mais se essa civilização tivesse origem europeia ou branca. Havia ainda a desconfiança da existência de outras intenções subjacentes à expedição, como a descoberta de jazidas de metais preciosos. Daí a recorrência desse argumento nos jornais dos anos 1920 e nas obras sobre Fawcett escritas depois.

Contudo, o desaparecimento desse explorador inglês abriu a região para o mundo: fala-se em mais de cem expedições de resgate que escrutinaram, palmo a palmo, o território de Mato Grosso. No caso dos Andes, os exploradores percorriam os caminhos espanhóis -em muitos casos, construídos sobre caminhos indígenas anteriores. De tal modo, a cidade de Machu Picchu foi descoberta apenas em 1911, pelo explorador estadunidense Hiram Bingham⁹⁵, o que deve ter atizado a imaginação de Fawcett, pois em seu trabalho de delimitação de fronteira entre Peru e Bolívia ele passou a 400 quilômetros da cidade inca. A exploração dos interiores estava ligada ao estabelecimento de rotas comerciais e à descoberta de riquezas minerais; assim como ao processo de mapeamento do globo, ainda em processo nas primeiras décadas do século XX. A demarcação das fronteiras entre Bolívia, Brasil e Peru deu a Fawcett a oportunidade de pisar em lugares onde nenhum outro homem branco havia pisado⁹⁶.

Ainda assim, para os leitores e as elites brasileiras, bem como para representantes do Estado como Rondon, esse tipo de viagem parecia uma intromissão em regiões pouco controladas pelo Estado nacional e que poderiam guardar tipos diferentes de bens e recursos que precisavam ficar longe dos olhos do império. Os “novos descobridores” deviam ou ficar longe das áreas pouco controladas, ou ser vigiados de perto pelos brasileiros. Daí a insistência de Rondon na expedição conjunta, como fizera com Theodor Roosevelt, em 1913.

Como se sabe, Fawcett nunca voltou de sua expedição. Dois anos depois, em 1927, o escritor José Estausio Rivera publicou *La Voragine*, livro que popularizou -e foi muito popular nos Estados Unidos- a imagem da Amazônia como selva devoradora de homens. Dois anos depois, Ferreira Castro publicou *A selva*, que segue a mesma interpretação. Mas essa representação da região remonta a 1908, quando Alberto Rangel a havia sistematizado no conto “Inferno verde”.

Como narrativa, o caso Fawcett encarnou essas representações da Amazônia -e delas a região não se livrou. Comum na região amazônica, esse tipo de narrativa foi estudado por Candice Slater⁹⁷ como estratégia simbólica para manter longe os intrusos. Manter longe os “novos descobridores” da Amazônia. Contudo, por um efeito reverso, a história de Fawcett ajudou a atrair centenas de outros para a região da Amazônia mato-grossense. Daí que, se ele perdeu a vida, ganhou a contenda com Rondon. Os estudos de Michael Heckenberger⁹⁸ sobre as cidades jardins-xinguanas, apesar de ser silenciadas pela sociedade nacional brasileira -o livro nunca foi publicado no Brasil-, poderiam ser uma indicação -diria Grann⁹⁹- de que Fawcett estava certo; embora seja muito difícil atribuir a ele essa antevisão. Ele não buscava os xinguanos que o antropólogo encontrou; antes, buscava -como bom europeu eurocentrado- uma linhagem europeia perdida na Amazônia. Sobretudo, o que pretendia era afirmar que a região havia sido colonizada pelos europeus antes; ou seja, ele queria desestabilizar as pretensões nacionais dos países amazônicos de ter posse exclusiva sobre a Amazônia. Fawcett era mais um precursor do discurso de internacionalização dessa região, e menos um defensor da “civilização” indígena. Sua aventura deu visibilidade internacional àquela região amazônica e teve impactos indiretos nas centenas de pesquisadores que a visitaram nos anos seguintes a seu desaparecimento. Dentre eles, é claro, está a etnóloga Elisabeth Steem, a quem os jornais citados no início chamaram de a “nova descobridora” do Brasil. Para todos esses “novos descobridores do Brasil” -como os chamou o jornalista paulista-, o Eldorado, seja qual for a forma que assumisse para eles, está

temporalmente inacessível; portanto, era uma questão de tempo e de mais uma expedição, que todos pensavam ser a deles...

Bibliography

- Bingham, Hiram. *Lost City of Incas*. New York, NY, Phoenix House, 2003.
- Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo, Bertrand, 2010.
- Capel, Horácio. “Sociedades geográficas, geografia e imperialismo”. *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea*. Barcelona, Barcanova, 1981, pp. 173–206.
- Carjaval, Gaspar. *Descubrimiento del río de las Amazonas*. Madrid, Biblioteca Nacional Española, 2011.
- Dean, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo, Nobel, 1989.
- Elias Elias, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.
- Ferreira, Lúcio Menezes. *Território primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870–1917)*. Campinas, Unicamp, 2007.
- Gondim, Neide. *A invenção da Amazônia*. Manaus, Valer, 2007.
- Grann, David. *Z, a cidade perdida*. São Paulo, Companhia das letras, 2009.
- Hecht, Susanna B. *The Scramble for the Amazon and the “Lost Paradise” of Euclides da Cunha*. Chicago, IL, Chicago University Press, 2013.
- Heckenberger, Michael. *The Ecology of Power: Culture, Place, and Personhood in the Southern Amazon*. New York & London, Routledge, 2005.
- Holanda, Sergio Buarque. *Visões do paraíso*. São Paulo, Publifolha, [1959], 2000.
- Leal, Hermes. Coronel Fawcett. A verdadeira história do Indiana Jones. São Paulo, Geração Editorial, 2000.
- Millard, Candice. *O rio da dúvida. A sombria viagem de Theodore Roosevelt e Rondon pela Amazônia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- Pizarro, Ana. “Imaginário y discurso: La Amazonia”. *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*. Año XXXI, Nº 61, Lima-Hanover, 2005, pp. 59-74.
- Pratt, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo, Edusc, 1999.
- Said, Edward. *Orientalismo*. Barcelona, Debolsillo, 2007.
- Sandes, Noé Freire. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiânia, Ed. da Universidade Federal de Goiás, 2000.
- Slater, Candice. *Entangled Edens*. Los Angeles, CA, University of California Press, 2002.

Notes

- ¹ Neide Gondim, *A invenção da Amazônia*, Manaus, Valer, 2007, p. 62.
- ² Ana Pizarro, “Imaginário y discurso: La Amazonia”, *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, Año XXXI, Nº 61, Lima-Hanover, 2005, pp. 59-74.
- ³ Gaspar de Carvajal acompanhou a expedição de Francisco de Orellana ao longo do Amazonas em 1540. Escreveu a crônica “Descubrimiento del río de las Amazonas”. Ele nomeia o rio e cunha o termo Eldorado. Cf. Gaspar Carjaval, *Descubrimiento del río de las Amazonas*, Madrid, Biblioteca Nacional Española, 2011.
- ⁴ Sergio Buarque Holanda, *Visões do paraíso*, São Paulo, Publifolha, [1959], 2000.
- ⁵ Candice Slater, *Entangled Edens*, Los Angeles, CA, University of California Press, 2002.
- ⁶ *Idem*.
- ⁷ *Idem*.
- ⁸ Bartolomeu Bueno de Campos de Leme e Gusmão, “Diário”, Corumbá, 13 de junho de 1799, em José Vieira de Couto Magalhães, *O selvagem*, Rio do Janeiro, Tipografia da Reforma, 1876, p. 282.
- ⁹ Leme e Gusmão, *op. cit.*
- ¹⁰ Inácio Xavier, “Correspondência”, Cuiabá, 15 de novembro de 1780, em Magalhães, *op. cit.*, p. 280.
- ¹¹ Alfredo d’ Escragnoille Taunay, *A província de Goiás na Exposição Nacional de 1875*, Rio do Janeiro, Tipografia Nacional, 1876, p. 9.
- ¹² Dom João V, “Carta do rei de Portugal concedendo licença aos bandeirantes paulistas, em 14 de fevereiro de 1721”, em Manoel Rodrigues Ferreira, *O mistério do ouro dos Martírios*, São Paulo, Gráfica Biblos, 1960, pp. 50-51.

- ¹³ José de Sousa Azevedo Pizarro e Araujo, *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI*, Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1822, p. 146.
- ¹⁴ No prólogo da segunda edição, Couto de Magalhães diz da coleção de documentos relativos aos Martírios que ele teve em mão quando foi presidente da província de Mato Grosso, durante a Guerra do Paraguai.
- ¹⁵ Apelido que os indígenas arauacas deram a Bartolomeu Bueno quando o bandeirante paulista atitou fogo à água com uso de álcool, causando temor nos indígenas. A proeza era para que lhe fosse revelado o lugar onde havia ouro.
- ¹⁶ Ferreira, *op. cit.*, p. 31
- ¹⁷ *Ibid.*, p. 127.
- ¹⁸ Ferreira, *op. cit.*
- ¹⁹ *Ibid.*, p. 76.
- ²⁰ *Ibid.*, p. 87.
- ²¹ *Idem.*
- ²² *Ibid.*, p. 97.
- ²³ *Ibid.*, p. 112.
- ²⁴ José Vieira Couto de Magalhães afirma ter recebido os manuscritos da época dos bandeirantes durante o seu governo em Mato Grosso (1857–68). Cf. *Viagem ao Araguaia*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938, p. 271.
- ²⁵ Magalhães, *op. cit.*, p. 271.
- ²⁶ *Ibid.*, p. 108.
- ²⁷ Raimundo José da Cunha Matos, “Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás”, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo 1, 1836, p. 214.
- ²⁸ A *Memória sobre o descobrimento, governo, população, e coisas mais notáveis da Capitania de Goiás* foi escrita em 1812, a pedido da Câmara Municipal da capital. Foi transcrita por Pizarro em suas *Memórias históricas*, de 1822; e impressa no jornal *O Patriota*, do Rio de Janeiro, no período 1813-4, bem como no *Jornal de Coimbra*, em 1819. Foi transcrita, ainda, na *Revista do IHGB* de 1849. Cf. José Martim Alencastre, “Biografia do cônego Luiz Antônio da Silva Sousa”, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo XXX, 1867, pp. 241–56.
- ²⁹ Matos, *op. cit.*, p. 143.
- ³⁰ *Idem.*
- ³¹ Raimundo José da Cunha Matos. “Corografia histórica da província de Goiás” (1864) *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo XXXVIII, 1875, p. 143.
- ³² Matos, *op. cit.*, p. 144.
- ³³ José Manoel de Siqueira, *Memória á respeito do descobrimento dos Martírios*, Cuiabá, [1880], em Ferreira, *op. cit.*, p. 112.
- ³⁴ *Ibid.*, p. 113.
- ³⁵ Siqueira, *op. cit.*
- ³⁶ Ferreira, *op. cit.*, p. 114.
- ³⁷ Alencastre, *op. cit.*, p. 36.
- ³⁸ *Idem.*
- ³⁹ *Ibid.*, p. 37.
- ⁴⁰ Francis Castelnau, *Expedição às regiões centrais da América do Sul*, Tomo I, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1949, p. 323.
- ⁴¹ Taunay, *op. cit.*, p. 23
- ⁴² Bairro da capital mato-grossense.
- ⁴³ Ferreira, *op. cit.*
- ⁴⁴ Em 1888, o registro gráfico dos Martírios foi feito pelo cientista alemão Paul Ehrenreich, que integrava a expedição de Von den Steinen, na sua última viagem ao Xingu, em 1887. No ano seguinte, Ehrenreich desceu o rio Araguaia. Iniciou sua viagem partindo do antigo presídio de Leopoldina Araúna, Tocantins, ao chegar à localidade conhecida como Martírios.
- ⁴⁵ Ferreira, *op. cit.*, p. 368
- ⁴⁶ Paul E. Ehrenreich, [Registro gráfico dos Martírios, 1888], em Ferreira, *op. cit.*, p. 138.
- ⁴⁷ *Idem.*
- ⁴⁸ Magalhães, *op. cit.*, p. 28.
- ⁴⁹ *Idem.*
- ⁵⁰ Eduardo José Moraes, *Navegação interior do Brasil*, Rio de Janeiro, Tipografia Universal Laemmert, 1869, p. 172.
- ⁵¹ Magalhães, *op. cit.*, p. 172.
- ⁵² *Idem.*
- ⁵³ *Ibid.* p. 173.
- ⁵⁴ *Ibid.*, p. 173-174.
- ⁵⁵ Magalhães, *op. cit.*
- ⁵⁶ Taunay, *op. cit.*, p. 9.

- ⁵⁷ Michael Heckenberger, *The Ecology of Power: Culture, Place, and Personhood in the Southern Amazon*, New York & London, Routledge, 2005.
- ⁵⁸ Candice Millard, *O rio da dúvida. A sombria viagem de Theodore Roosevelt e Rondon pela Amazônia*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- ⁵⁹ Um desses viajantes levou sementes de seringueira para a Inglaterra, onde, depois de ser aclimatadas, formaram a base das plantações de látex no Oriente, responsáveis pela bancarrota da borracha brasileira. Ver Warren Dean, *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*, São Paulo, Nobel, 1989.
- ⁶⁰ Diário Nacional, *Os que “descobrem” o Brasil*, Rio de Janeiro, 1º de abril de 1930, “Atualidades”.
- ⁶¹ Sylvio Froes de Abreu, [Título ausente; página mutilada], *O País*, Rio de Janeiro, RJ, 1º de janeiro de 1928, p. 12.
- ⁶² Candido Mariano Rondon, “Prefácio”, Edmar Morel, *E o Fawcett não voltou*, Rio de Janeiro, Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1944, p. 1.
- ⁶³ Alberto Rangel, *Inferno verde (scenas e cenários do Amazonas)*, Tours, Typographia Arrault, 1927.
- ⁶⁴ Susanna B. Hecht, *The Scramble for the Amazon and the “Lost Paradise” of Euclides da Cunha*, Chicago, IL, Chicago University Press, 2013.
- ⁶⁵ O País, “Ecos e fatos”, Rio de Janeiro, 16 de maio de 1920, Ano XXXVI, Nº 1.302, p. 3.
- ⁶⁶ Morel, *op. cit.*
- ⁶⁷ Rondon, *op. cit.*, 1944, p. 41.
- ⁶⁸ Morel, *op. cit.*, p. 41.
- ⁶⁹ Hermes Leal, *Coronel Fawcett. A verdadeira história do Indiana Jones*, São Paulo, Geração Editorial, 2000, p. 100.
- ⁷⁰ Rondon, *op. cit.*
- ⁷¹ Morel, *op. cit.*
- ⁷² Leal, *op. cit.*
- ⁷³ Rondon, *op. cit.*
- ⁷⁴ A hipótese de que Fawcett teria, na verdade, desviado-se para o rio Araguaia ou, pelos menos, para o Pará foi seguida por Flaming. Em certo sentido, ela é aceita pelo seu biógrafo, David Grann. Essa versão foi ouvida por Nisias Rodrigues, em 1943.
- ⁷⁵ Essa viagem deu a Callado parte do material para escrever *O Quarup*, seu romance mais importante; e talvez tenha sido a contribuição mais importante do mito de Fawcett à cultura brasileira.
- ⁷⁶ Usamos a tradução brasileira: David Grann, *Z, a cidade perdida*, São Paulo, Companhia das letras, 2009.
- ⁷⁷ Rondon, *op. cit.*
- ⁷⁸ Mary Louise Pratt, *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*, São Paulo, Edusc, 1999.
- ⁷⁹ Horácio Capel, “Sociedades geográficas, geografia e imperialismo”, *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea*, Barcelona, Barcanova, 1981, p. 177.
- ⁸⁰ Capel, *op. cit.*
- ⁸¹ Lúcio Menezes Ferreira, *Território primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870–1917)*, Campinas, Unicamp, 2007.
- ⁸² Ferreira, L. M., *op. cit.*, p. 8-9.
- ⁸³ Heckenberger, *op. cit.*, p. 179-80.
- ⁸⁴ Pratt, *op. cit.*; Ferreira, *op. cit.*
- ⁸⁵ Ferreira, *op. cit.*
- ⁸⁶ Norbert Elias, *O processo civilizador: uma história dos costumes*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.
- ⁸⁷ Ferreira, *op. cit.*, p. 48.
- ⁸⁸ *Ibid.*, p. 67.
- ⁸⁹ Noé Freire Sandes, *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*, Goiânia, editora da Universidade Federal de Goiás, 2000.
- ⁹⁰ Abreu, *op. cit.*
- ⁹¹ Percy Harisson Fawcett, *A expedição Fawcett*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1954, p. 241.
- ⁹² Grann, *op. cit.*
- ⁹³ Pierre Bourdieu, *O poder simbólico*, São Paulo, Bertand, 2010.
- ⁹⁴ Edward Said, *Orientalismo*, Barcelona, Debolsillo, 2007, p. 21.
- ⁹⁵ Hiram Bingham, *Lost City of Incas*, New York, NY, Phoenix House, 2003.
- ⁹⁶ Fawcett, *op. cit.*
- ⁹⁷ Slater, *op. cit.*
- ⁹⁸ Heckenberger, *op. cit.*
- ⁹⁹ Grann, *op. cit.*